

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15231 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 20 - Psicologia da Educação

O PAPEL DA ESCOLA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Geane Rocha Gomes Lima - CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO - UNIR

Aparecida Luzia Alzira Zuin - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

O PAPEL DA ESCOLA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

RESUMO:

Este trabalho de mestrado em andamento investiga a Política de Educação Especial e Inclusiva em uma escola rural. Emprega abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, adotando uma perspectiva interdisciplinar. Utiliza os conceitos de Vygotsky para entender a mediação pedagógica, e a Semiótica Discursiva de origem francesa, para analisar o espaço social, considerando a escola e o distrito como locais dotados de significação. Os métodos utilizados incluem pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica. Os resultados preliminares indicam que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola necessita de atualizações para melhorar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. A pesquisa propõe uma reflexão crítica para maximizar as potencialidades dos sujeitos envolvidos, garantindo que a escola se transforme em um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Projeto Político Pedagógico, Espaço Social.

INTRODUÇÃO

A ação política de uma escola pode ser exercida por meio de vários instrumentos, como o caso do Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é um documento que contempla objetivos, princípios e diretrizes; também é um instrumento norteador das ações a serem realizadas e deve ser conhecido por todos da comunidade escolar. Para a formulação do Projeto, a LDB - Lei nº. 9.394/96 (Brasil, 1996), no art.12, confere que é responsabilidade da instituição escolar elaborar e executar sua proposta pedagógica; no art. 13 estabelece a mesma tarefa aos docentes da instituição.

A Escola pesquisada, elaborou seu PPP, e atendendo à legislação pertinente ao caso, encontra-se na fase de revisão do documento. A fim de acompanhar e contribuir com esta atualização, a presente pesquisa se volta especificamente à Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva (PNEEI)

O estudo é justificado pela necessidade de adequar as práticas pedagógicas à PNEEI,

através da atualização do PPP, assim, garantindo que a educação cumpra seu papel de fomentar uma sociedade mais inclusiva e justa.

Para compreender o contexto da Escola Rural, apresenta os aspectos do ambiente local, incluindo a cultura local, o perfil socioeconômico dos habitantes, o número de moradores, e aspectos relacionados à educação, lazer e esportes, entre outros. Para isso, foram utilizados dados, narrativas do espaço e fotografias como recurso iconográfico.

OBJETIVOS

Objetivo geral: analisar o discurso do PPP da escola, para verificar sua conformidade com a PNEEI.

Objetivos específicos: conceituar Projeto Político Pedagógico; definir o conceito de escola como espaço social; investigar e caracterizar o entorno da escola, a existência (ou não) de recursos adaptados e acessíveis que permitam a inclusão de alunos com deficiência existentes no espaço urbano e na escola.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar que integra aspectos legais constitucional e infraconstitucionais de direito à educação, principalmente nos documentos como a Constituição Federal do Brasil de 1988, legislações e políticas educacionais pertinentes que regem a Política Nacional de Educação Especial e Inclusiva (PNEEI), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI, 2015), Lei nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência para assegurar e promover condições de igualdade, exercício dos direitos e das liberdades fundamentais.

Da psicologia do desenvolvimento, emprega-se a teoria de Vygotsky, que corrobora para os estudos da mediação instrumental e simbólica, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo da criança com necessidades educacionais especiais e à importância do contexto social e cultural na sua formação e no processo de aprendizagem. Com relação ao estudo de Vygotsky (1997), destaca-se o trabalho "Fundamentos da Defectologia", cujo argumento principal é que os princípios básicos do desenvolvimento humano se aplicam igualmente a todas as crianças, independentemente de terem ou não deficiências. No entanto, ele aponta que as restrições impostas por deficiências podem atuar como impulsionadoras do desenvolvimento, incentivando a busca por novas maneiras de realizar atividades ou alcançar metas que são complicadas por tais limitações. Ele descreve esse fenômeno como um processo de "supercompensação", onde os desafios podem estimular formas inovadoras e alternativas de engajamento e sucesso.

Para complementar os estudos emprega a teoria Semiótica da Escola Francesa para explorar como os espaços urbanos e escolares se comunicam e interagem, gerando

significados. Através desta perspectiva, analisamos como esses ambientes não apenas coexistem, mas dialogam ativamente, influenciando e sendo influenciados pela cultura e práticas sociais, consequentemente, devem ser referenciados no PPP da escola. Para a análise utiliza-se os elementos iconográficos: fotos, figuras, códigos, função e efeito dos sentidos.

Com outros autores Cury (2002, 2005), Gadotti (2010), Mantoan (2015) e Mazzotta (2011), encontra-se embasamentos sobre a dinâmica educacional e a inclusão, cada um trazendo contribuições significativas para entender o ambiente inclusivo e seus desafios.

METODOLOGIA

Este estudo adota a metodologia qualitativa, exploratória e descritiva, com uma abordagem interdisciplinar que permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados. Utilizando os conceitos de Vygotsky, o estudo se direciona à mediação pedagógica para examinar como as interações sociais influenciam o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo dos alunos com necessidades educacionais especiais. Simultaneamente, emprega a Semiótica da Escola Francesa para analisar como o espaço social - especificamente a escola e o distrito onde está localizada - contribui para a construção de significados e como estes influenciam a dinâmica educacional da escola.

Para a coleta e análise dos dados, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, revisitando a literatura sobre os temas de Vygotsky e Semiótica, bem como os estudos sobre educação especial e inclusiva. A pesquisa documental serve para examinar documentos oficiais, projetos pedagógicos e registros escolares. A pesquisa iconográfica envolve a análise de imagens, fotografias e outros materiais visuais que ajudam a captar as manifestações visuais do espaço escolar e sua significação cultural e social.

RESULTADOS PARCIAIS

Até a fase atual, o estudo buscou identificar se o PPP da Escola Rural pesquisada está condizente, em alguns aspectos relacionados aos alunos com deficiência, com a PNEEI. Os resultados preliminares indicam que a política de inclusão está parcialmente contemplada no PPP.

No entanto, ainda é necessário concluir o estudo para uma avaliação definitiva; todavia, a atualização do PPP é vista como um passo necessário para garantir que a escola cumpra seu papel fundamental de promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 jun.

2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 ago. 2023.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

_____. Direito à educação: Direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação:** uma nova abordagem, São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** O que é? Porque? Como fazer? SP, Summus, 2015.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da defectologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ZUIN, A. L. A. **Semiótica e Política:** a educação como mediação. 1. ed. Curitiba: Aprris, 2015